



EDUCAÇÃO & REALIDADE

20(2): 185-206  
jul./dez. 1995

# POLÍTICAS DA MASCULINIDADE

Robert W. Connell

Em 1970, minha esposa e eu, vivendo temporariamente nos Estados Unidos (somos australianos), estávamos entre cerca de cem mil pessoas que se dirigiam a Washington — em nosso caso, num Volkswagen — para uma manifestação de protesto contra a invasão do Camboja pelo então presidente Nixon e o subsequente massacre de estudantes durante um protesto na Kent State University. A ação representava um daqueles dramas de confrontação que os americanos fazem tão bem. Uma coluna avançada de estudantes, a maioria homens, cantando e gritando, tentou se jogar contra uma fila de ônibus, estacionados num círculo defensivo em torno da Casa Branca. Através de nuvens de gás lacrimogêneo, eles foram empurrados de volta por fileiras de raivosos policiais, todos homens. Nesse meio tempo, dezenas de milhares de outros manifestantes se reuniam nos parques adjacentes e se lançavam em massa às ruas do centro de Washington, em apoio aos manifestantes da linha de frente.

Em 1994, fui a outra demonstração contra a violência, desta vez em Sydney. Essa demonstração era organizada pelo grupo australiano *Men Against Sexual Assault* — MASA (Homens Contra a Violência Sexual), para protestar contra os atos de violência masculina contra as mulheres. Nós marchamos através das ruas, desde a Estação Central, e fizemos uma manifestação, com discursos e música, no parque principal da cidade. Cerca de setenta pessoas compareceram. Desta vez não houve gás lacrimogêneo nem qualquer prisão, embora houvesse alguns poucos policiais.

*ing Masculinities*. Thousand Oaks, Sage, 1994.

10. James William Gibson. *Warrior Dreams: Paramilitary Culture in Post-Vietnam America*. Nova York, Hill & Wang, 1994.
11. Dennis Altman. *Power and Community: Organizational and Cultural Responses to AIDS*. Londres, Taylor & Francis, 1994.
12. Michael Kaufman. *Cracking the Armour: Power, Pain and the Lives of Men*. Toronto, Viking, 1993 é a descrição mais recente e refletida das idéias e experiências desse movimento.
13. No original, “crianças”, “cozinha” e “Igreja” estão em alemão (respectivamente, “Kinder”, “Küche”, “Kirche”), num jogo de palavras que, evidentemente, só faz sentido naquela língua (a apresentação original do ensaio foi feita na Alemanha) (Nota do Tradutor).
14. John Rowan. *The Horned God: Feminism and Men as Wounding and Healing*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1987.
15. Mario Mieli. *Homosexuality and Liberation*. Londres, Gay Men’s Press, 1980; Wendy Chapkis, *Beauty Secrets*. Boston, South End Press, 1986.
16. Bronwyn Davies. *Shards of Glass*. Sydney, Allen & Unwin, 1993.
17. Veja Connell. *Gender and Power*, para uma descrição mais detalhada dessas estruturas. Nota do tradutor: catexia = concentração ou acumulação de energia psíquica em uma idéia ou objeto especial ou em alguma direção determinada (psicanálise). A mesma coisa que “investimento”.
18. Paul Lichterman, “Making a Politics of Masculinity”, *Comparative Social Research*, v. 11, 1989, pp. 185-208.
19. Corman et al. *Recasting Steel Labour*; Meredith Burgmann, “Revolution and Machismo”, in Elizabeth Windschuttle (Org.). *Women, Class and History*. Australia, Fontana, 1980; Stan Gray, “Sharing the Shop Floor”, in Michael Kaufman (Org.). *Beyond Patriarchy: Essays by Men on Pleasure, Power, and Change*. Toronto, Oxford University Press, 1987.
20. John Stoltenberg. *Refusing to Be a Man*. UK, Fontana, 1990; Lynne Segal. *Slow Motion: Changing Masculinities, Changing Men*. Londres, Virago, 1990.
21. David Denborough. *Step by Step: Developing Respectful Ways of Working with Young Men to Reduce Violence*. Sydney, Men Against Sexual Assault, 1994; Don Sabo, “Doing Time Doing Masculinity: Sports and Prison”, in Michael A. Messner e Donald F. Sabo. *Sex, Violence and Power in Sports: Rethinking Masculinity*. Freedom CA, Crossing Press, 1994.

## Tradução de Tomaz Tadeu da Silva

Robert W. Connell é, atualmente, professor da University of California at Santa Cruz.

Endereço para correspondência:  
342 Annandale Street  
Annandale - NSW 2038 - Austrália

O contraste é óbvio. Um dos eventos está nos livros de história; o outro jamais estará. Mas essa não é a única diferença. Olhando para trás, podemos agora ver a demonstração de 1970, apesar de todo o seu radicalismo, como um evento patriarcal. A confrontação era uma exibição de masculinidade de ambos os lados, uma declaração de dureza, que colocava as mulheres, física e moralmente, de lado, embora elas constituíssem uma proporção considerável dos manifestantes. Essa característica do movimento antibélico foi uma das razões principais pelas quais o Movimento de Liberação das Mulheres estava surgindo naquela época.

O protesto de 1994 era minúsculo porque não estava vinculado a qualquer movimento social. O protesto da Kent State University tinha um alvo específico, um responsável de grande visibilidade, vivendo bem ali, no edifício à nossa frente. O protesto realizado pelo MASA tinha como alvo o mesmo grupo que estava fazendo o protesto, os "homens". Embora o foco *moral* do protesto fosse igualmente claro (ambos constituíam ações contra a violência), a situação *política* era muito mais obscura. E a reivindicação que estava sendo feita em relação aos próprios manifestantes era mais complexa. Pois o MASA estava criticando a própria masculinidade que produz a "demonstração" como um gênero de ação política baseada no confronto.

As questões em jogo nessa crítica da masculinidade me parecem muito mais importantes do que sugerem as piadas feitas na mídia a respeito dos Homens Sensíveis da Nova Era. Para os homens, a obtenção de uma compreensão mais profunda a respeito de si próprios, especialmente no nível das emoções, constitui uma chave para a transformação das relações pessoais, da sexualidade e da vida doméstica. As práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, considerando-se a escala da desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres. As masculinidades estão profundamente implicadas na violência organizada (por exemplo, nas guerras que estão destruindo a Bósnia, Ruanda e Afeganistão); e nas tecnologias e nos sistemas de produção que levam à destruição ambiental e à guerra nuclear. A trajetória da epidemia do HIV está estreitamente ligada a recentes mudanças sociais nas sexualidades masculinas. A lista poderia ser estendida, mas esses exemplos são suficientes para deixar claro qual é o argumento. Estamos lidando com questões de importância para a sociedade global, assim como para a vida pessoal.

## O momento histórico

Há uma consciência gradualmente crescente sobre a possibilidade de mudança nas relações de gênero. Essa consciência surgiu nos Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens, nos anos 70.

Para as pessoas estimuladas por esses movimentos, parecia que milênios de patriarcado e opressão poderiam agora ter um fim. Existiam agora condições tecnológicas para a igualdade dos sexos e a mudança de consciência tinha chegado. As mulheres feministas começaram a inventar uma nova linguagem para um mundo pós-patriarcal e uma nova política baseada na "mudança de consciência" e na "irmandade".

Para os irmãos no Movimento de Liberação dos Homens, muitos dos quais tinham participado do movimento antibélico, esse sentimento de um grande drama histórico em desenvolvimento resultou em propostas bastante modestas de reforma e em vagas retóricas de mudança. Criou-se, nos anos 70, um tipo de crítica, baseada na noção de "papel masculino". A maior parte dos críticos acreditava que a masculinidade estava em crise e que a própria crise estimularia a mudança. O final seria um mundo no qual a masculinidade, tal como a conhecemos, seria aniquilada, substituída por algum tipo de androginia.<sup>1</sup>

Vinte anos mais tarde, esse pensamento apocalíptico se tornou raro e parece até mesmo ingênuo. Somos agora muito mais sofisticados! Entretanto, esses inocentes pioneiros nos fizeram um grande favor. A mudança de pensamento sobre o gênero, conseguida pelos movimentos dos anos 70, é irreversível.

O reconhecimento da historicidade do gênero, de seu caráter histórico, constitui agora um pressuposto estabelecido e não mais uma heresia. Mesmo os conservadores que se transferiram para esse terreno estão envolvidos num pensamento histórico sobre a masculinidade. Eles aceitam o fato da transformação social do gênero, embora o deplorem ou tentem revertê-lo. Essa consciência histórica constitui a característica distintiva da política da masculinidade contemporânea e o horizonte do pensamento contemporâneo sobre a masculinidade. Sem essa consciência, seria impossível imaginar a existência de analistas populares sobre a masculinidade, tais como Robert Bly nos Estados Unidos ou Walter Hollstein na Alemanha.

Como podemos compreender as possibilidades abertas por essa situação e como podemos agir em cima dessas possibilidades? Ao refletir sobre essas questões, podemos tirar proveito de uma nova geração de pesquisa social, a qual, nos últimos dez anos, foi decididamente além do referencial baseado na noção de "papel masculino". Sintetizarei algumas das principais idéias que surgem dessa pesquisa, antes de me voltar para questões de objetivos e de prática.<sup>2</sup>

## Do papel masculino às masculinidades

Nos anos 70, o gênero dos homens era compreendido, nos trabalhos em língua inglesa, como o "papel do sexo masculino". Isso significava, essencialmente, um conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada. O conceito de papel sexual ainda é popular. Trata-se de um conceito

que é quase um lugar-comum quando se fala de gênero dos homens.

Mas o conceito de “papel masculino” tem vários pontos fracos, tanto em termos científicos quanto práticos. Ele não nos permite compreender questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material. Trata-se de um conceito que não nos permite ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de masculinidade. Além disso, ele oferece estratégias muito limitadas de mudança. Os pontos fracos da teoria do papel sexual são agora bastante claros e o conceito deveria ser dado como obsoleto.<sup>3</sup> Levamos algum tempo para desenvolver um novo referencial, mas esse referencial está agora surgindo.

O que se entende por “masculinidade”? Deixem-me oferecer uma definição — breve, mas razoavelmente precisa. A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades”. Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas.

Esta é uma definição formal; deixem-me explicar os termos. Falar de uma *configuração de prática* significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado. Não existe qualquer limite para os tipos de prática envolvidos. Pensava-se uma vez que o gênero podia ser definido como um tipo especial de prática, por exemplo, como “reprodução” e não como “produção” social. Mas as masculinidades são construídas também na esfera da “produção”. A pesquisa sobre as masculinidades dos homens da classe operária e da classe média, em vários países, tem mostrado o processo de moldagem das masculinidades no local e no mercado de trabalho, nas grandes organizações e no sistema político.<sup>4</sup>

Falar de *prática* significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa dizer que a prática é necessariamente racional. Não pensaríamos no estupro, no assédio sexual ou no espancamento de mulheres como atos “racionais”; mas a violência sexual tampouco é uma explosão insensata de raiva interna. Como a pesquisa feminista tem mostrado, a violência sexual é uma ação competente; ela é, em geral, propositada e tem como objetivo a manutenção da supremacia masculina. Daí a ênfase, no trabalho de prevenção com homens violentos, para que eles assumam a responsabilidade por suas ações.<sup>5</sup>

Falar de *posição dos homens* significa enfatizar que a masculinidade tem a ver com relações sociais e também se refere a corpos — uma vez que “homens” significa pessoas adultas com corpos masculinos. Não devemos temer a biologia, nem devemos ser tão refinados ou engenhosos em nossa teorização do gênero

que não tenhamos lugar para corpos suados. O gênero é, nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. No gênero, a prática social se dirige aos corpos. Através dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais. Nós vivenciamos as masculinidades (em parte) como certas tensões musculares, posturas, habilidades físicas, formas de nos movimentar, e assim por diante.

Falar de *estrutura de relações de gênero* significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa enfatizar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos “papéis de sexo” ou a biologia reprodutiva sugeririam.

Dois aspectos dessa complexidade são particularmente importantes para se pensar sobre a masculinidade. Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela.

Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória. Devemos essa compreensão especialmente a Freud, que enfatizava a presença da feminilidade dentro da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres e que analisou os processos de repressão pelos quais essas contradições são tratadas. Mas ela surge igualmente em outros contextos.

O fato da contradição faz com que seja essencial ter uma definição de masculinidade que não equacione gênero simplesmente com uma categoria de pessoas. Se a “masculinidade” significasse simplesmente as características dos homens, não poderíamos falar da feminilidade nos homens ou da masculinidade nas mulheres (exceto como desvio) e deixaríamos de compreender a dinâmica do gênero. O gênero é sempre uma estrutura contraditória. É isso que torna possível sua dinâmica histórica e impede que a história do gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias.

## A construção e a reconstrução das masculinidades

Se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica. É a isso que nos referimos quando falamos de política do gênero. Se quisermos que essa mudança se torne consciente e aberta ao controle democrático, então precisamos saber como o gênero é moldado e como ele pode ser re-moldado.

Existe uma narrativa convencional sobre como as masculinidades são cons-

truídas. Nessa narrativa, toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidas como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia e, finalmente, dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres.

Essa narrativa convencional não está completamente errada, mas ela é drasticamente incompleta. Precisamos fazer três correções principais nessa narrativa.

Em primeiro lugar, a narrativa convencional adota uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral. Isso confunde hegemonia de gênero com totalitarismo de gênero. Os dados existentes são claros em mostrar que as masculinidades hegemônicas são produzidas juntamente — e em relação — com outras masculinidades. Por exemplo, numa escola observada por mim e meus colegas, a masculinidade hegemônica era representada por um grupo chamado “*The Bloods*”, constituído por garotos que se beneficiavam do culto do futebol existente na escola e buscavam um estilo agressivo, fisicamente dominante, de conduta. Mas a mesma escola também produzia uma masculinidade intelectual, representada por um grupo chamado “*The Cyrils*”, constituído por garotos que não eram fisicamente agressivos, mas eram academicamente competitivos. O importante é que a escola produzia ambas as masculinidades e os professores tinham que regular as relações entre elas.<sup>6</sup>

Em segundo lugar, a narrativa convencional vê o gênero como um molde social cuja marca é estampada na criança, como se as personalidades masculinas saíssem, como numa fábrica de chocolate, da ponta de uma esteira. Isso subestima de forma lamentável a energia, a atividade e a dimensão ativa de uma pessoa em crescimento. Essa visão subestima os prazeres e as emoções de se entrar num mundo generificado (*gendered*) e de se apropriar da masculinidade — prazeres que são muito claros, por exemplo, nas narrativas autobiográficas sobre homens e esportes ou sobre homens e carros.

Isso sugere que devemos pensar na construção da masculinidade como um projeto (no sentido de Sartre) perseguido ao longo de um período de muitos anos e através de muitas voltas e reviravoltas. Esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo). Esses encontros têm uma estrutura dialética e não uma estrutura mecânica. Rapazes e garotas podem lutar contra a instituição ou a força cultural, bem como aceitar sua estampa. Isso é comum, por exemplo, nos conflitos dos garotos de classe operária com as escolas e a polícia. Para um certo número deles, a res-

posta é uma veemente masculinidade de protesto que está longe daquilo que as instituições pretendem. Essa dinâmica é, paradoxalmente, a fonte da desigualdade educacional e, ao mesmo tempo, uma das raízes do neo-fascismo.

Em terceiro lugar, devemos ver a construção das masculinidades tanto como um projeto coletivo quanto como um projeto individual. Algumas vezes isso é muito óbvio: na exibição masculina das gangues de moto, nos desfiles militares ou nas torcidas de futebol. Algumas vezes é mais sutil. O estudo merecidamente elogiado de Cynthia Cockburn sobre os impressores britânicos mostra uma masculinidade coletiva, sustentada como uma cultura sindical e de local de trabalho, construída na luta tanto contra os chefes quanto contra as mulheres.<sup>7</sup> A masculinização do estado e da gerência empresarial é, igualmente, uma realização coletiva, obtida pelas muitas práticas que excluem, subordinam ou marginalizam as mulheres — práticas que estão sendo gradualmente reveladas e combatidas pelos programas dirigidos à “oportunidade igual”. Se o presente assalto da direita contra a ação afirmativa nos Estados Unidos tiver êxito, um de seus efeitos será o de, outra vez, ocultar essas práticas.

Se as masculinidades são construídas através dessas formas, elas são também constantemente re-construídas. As masculinidades estão constantemente mudando na história. Obviamente, podemos não vivenciá-las como tais; a ideologia popular frequentemente representa o gênero como aquilo que não muda: o estável e “natural” padrão que subsiste sob o fluxo geral. O padrão agora frequentemente chamado de “masculinidade tradicional”, e vinculado à “família tradicional”, é, na verdade, uma forma de gênero historicamente recente, um produto claro do mundo moderno.

Existem agora alguns estudos históricos excelentes sobre as masculinidades em transformação. O mais notável é a pesquisa sobre a sociedade de fronteira feita pelo historiador neozelandês Jock Phillips, que descreve mudanças dramáticas nas estratégias de gênero do estado colonial. Durante o processo de colonização, o estado tentou controlar a belicosa e violenta masculinidade de fronteira (especialmente nos acampamentos de mineração), promovendo, nos acampamentos agrícolas, em vez disso, um padrão doméstico de patriarcado. Décadas mais tarde, o próprio estado viu-se envolvido em estimular uma masculinidade violenta, para poder participar das guerras imperiais do início do século XX. Foi fascinante, para mim, ficar sabendo que o então novo esporte do *rugby* foi considerado um importante instrumento de propaganda para o nacionalismo militarista. O time de *rugby* da Nova Zelândia, “*All Blacks*” (nome dado por causa de seus uniformes e não por causa da cor da pele), é ainda um ícone nacional.

Para se compreender a política da masculinidade, dois aspectos dessa historicidade são cruciais. O primeiro é o fato da luta por hegemonia. Grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade. A posição dominante na ordem do gênero propicia vantagens materiais bem como

vantagens psicológicas e isso faz com que ela tenda a ser contestada. As condições sob as quais a hegemonia pode ser sustentada estão constantemente mudando. Como consequência, um dado padrão de masculinidade hegemônica está sujeito ou a ser contestado ou a ser transformado ao longo do tempo.

Nos últimos duzentos anos da história européia e americana, por exemplo, vimos o padrão hegemônico de masculinidade da classe dominante ser deslocado por uma masculinidade mais racional, mais calculativa, melhor ajustada a uma economia industrial-capitalista e ao estado burocrático. Essa, por sua vez, tem sido contestada por formas de masculinidade que enfatizam o impulso e a violência — o fascismo na metrópole, as masculinidades tipo “cowboy” na fronteira. A forma hegemônica de masculinidade burguesa se dividiu entre formas que enfatizam o conhecimento especializado e formas que enfatizam a dominação e o calculismo egocêntrico. A luta por hegemonia entre elas pode ser vista na divisão entre liberais e conservadores na política burguesa.

Essas são especificamente as masculinidades hegemônicas dos poderes mundiais dominantes. Na maior parte das discussões sobre masculinidade, a Europa e a América do Norte formam o inteiro e inquestionável universo de discurso. Minha segunda questão sobre a historicidade é que não podemos ignorar a maioria da população do mundo, nem tampouco a história que tornou possível as masculinidades hegemônicas dos poderes hegemônicos: a história do imperialismo.

Essa história inclui a conquista colonial direta, que fez das relações de raça uma parte inevitável da dinâmica de gênero. O imperialismo teve um impacto direto sobre a reconstrução das masculinidades na metrópole, bem como nas colônias. A tentativa mais durável de treinamento para a masculinidade, o movimento dos escoteiros, teve como modelo direto as masculinidades militaristas e de fronteira de seu fundador, Baden-Powell.

A história passou da conquista direta ao colonialismo econômico indireto, com a criação de mercados globais que constituem uma característica tão importante do mundo contemporâneo. Quando as grandes empresas se tornam multinacionais, elas levam junto as formas de masculinidade que são hegemônicas entre seus administradores. Quando os exércitos do tipo europeu se multiplicaram pelo mundo, foram exportadas não apenas as armas, mas também as formas sociais que os acompanham, notavelmente a violência organizada das masculinidades militares.

A difusão da cultura metropolitana, assim como a difusão das instituições metropolitanas, tem um impacto sobre as ordens de gênero locais. Um exemplo notável é a re-construção de formas locais de sexo entre homens, em locais tão distantes entre si quanto Java e Brasil, tendo como base a identidade “gay” dos Estados Unidos urbano. Um outro exemplo é a chegada, três anos atrás, da MTV na Índia, o que provocou mudanças na representação do sexo em outros meios de comunicação indianos, especialmente no cinema e na música popular. Uma música chamada *Sexy, sexy* tornou-se enormemente popular, e uma nova

fase de exploração comercial da heterossexualidade está em andamento.

Através da difusão da técnica e da industrialização militar, ocorreu uma certa remasculinização da periferia — sentida como uma ameaça pelas elites masculinas da metrópole. Isso tem levado a uma notável preocupação por parte da mídia e do governo com a figura hipermasculina do “terrorista”. A recente prisão de “Carlos” ganhou manchetes de jornais em lugares tão distantes quanto a Austrália, por exemplo. Essa figura se reúne agora à figura igualmente ameaçadora do “fundamentalista”.

Como sugerem esses casos, o resultado da globalização não é necessariamente que as masculinidades ocidentais são duplicadas na periferia. A re-construção coletiva das masculinidades, tal como a construção da masculinidade no nível pessoal, é um processo dialético e não um processo mecânico. Assim, o “homem de negócio” japonês não é exatamente a mesma coisa que o “executivo” empresarial da América capitalista. O mundo empresarial da industrialização da Ásia Oriental é massivamente patriarcal, até mesmo mais que a sua contraparte na Europa e nos Estados Unidos. Mas ele não é marcado pelo individualismo competitivo que é tão importante entre a elite capitalista européia e norte-americana.

É possível que estejamos testemunhando agora, como resultado dessa interação global, a criação de novas formas de masculinidade hegemônica. As condições para a hegemonia estão mudando, com o crescimento do feminismo mundial, a estabilização de novas formas de sexualidade e a criação de uma economia global. O terreno de teste das novas formas é a globalização das finanças, a desregulamentação dos mercados e o crescimento de impérios empresariais fora do controle de qualquer governo e de qualquer processo democrático atualmente existente. A masculinidade que será provavelmente produzida nesse contexto é calculativa, com uma abertura para a violência autoritária como uma forma de ação econômica; sensual, herdando os prazeres da masculinidade patriarcal, com muito pouco de controle cultural sobre a auto-gratificação; e uma falta de vínculo notável com relacionamentos de parentesco ou com relacionamentos locais, embora bastante capaz de nacionalismos locais, nos casos em que esse nacionalismo possa trazer apoio político ou mercados a serem explorados.

Não existe razão alguma para suspeitar que o predomínio desse tipo de masculinidade possa significar qualquer coisa de bom para as mulheres. Uma das notáveis instituições da nova ordem mundial é o turismo sexual internacional — mais claramente, a prostituição das mulheres da periferia para satisfazer os homens dos países industrializados. Uma das consequências é uma crise emergente de HIV nos centros do turismo sexual (como na Tailândia, por exemplo, um pequeno país que é agora considerado como um dos epicentros da próxima onda de pandemia da AIDS).

## Políticas da masculinidade

O Movimento de Liberação dos Homens pressupõe que a consciência histórica sobre a masculinidade pudesse definir, por si só, o objetivo da política. Tudo que se exigia era apostar no apocalipse, obtendo, assim, o fim do patriarcado que tinha sido possível vislumbrar.

Sabemos agora que tipos muito diferentes de política podem ser perseguidos dentro do horizonte da historicidade. Nos países da metrópole, incluindo os Estados Unidos, têm surgido quatro tipos diferentes de masculinidade. Todas elas têm sua base estrutural nas relações de gênero.

**1. Terapia da masculinidade.** Esta é a forma mais conhecida de política de gênero entre os homens, na atualidade, nos países de língua inglesa. Na verdade, isso é, algumas vezes, simplesmente chamado de “movimento dos homens”. Está associada às figuras públicas mais visíveis, como Robert Bly e Sam Keen e recebe uma boa dose de atenção da mídia.<sup>9</sup>

Ela se origina, historicamente, do Movimento de Liberação dos Homens, mas representa uma mudança dramática em direção à direita política, uma mudança que ganhou força durante os anos 80. Em geral, essa tendência ignora as questões sociais e a desigualdade econômica e ignora totalmente o contexto internacional, para se focalizar nos problemas emocionais. Trata-se, no fundo, de um movimento de “recuperação” psicológica, dirigido ao desconforto sentido pelos homens heterossexuais e às suas incertezas sobre gênero. A base dessa política é a masculinidade cúmplice que aceita a estrutura mais ampla de relações de gênero, mas não age de forma militante em sua defesa.

Os clientes dos terapeutas da masculinidade são, em grande parte, brancos, classe média e, freqüentemente, de meia-idade. Eles sentem que estão numa situação problemática e que são injustamente acusados como culpados pelas feministas. Alguns de seus teóricos, na verdade, alegam que os homens estão em maior desvantagem que as mulheres. Todos eles dizem que é a vez dos homens ganharem a atenção que o feminismo conseguiu para os problemas das mulheres. Alguns gurus acham que o problema básico é o fracasso por parte dos pais (homens) em iniciar seus filhos na verdadeira masculinidade; outros pensam que o fracasso é das mulheres.

O efeito prático da terapia da masculinidade é fazer com que os homens se voltem para dentro de seus próprios problemas e deixem de colocar energia na mudança social. Ela oferece uma absolvição da culpa que o feminismo ainda suscita entre os homens e um tipo de “esfera separada”, na qual os homens podem perseguir seu próprio projeto de re-descoberta.

**2. O lobby das armas.** Em seguida, há a política que exalta o poder dos homens e segue, de forma explícita, uma pauta política antifeminista. Seu ponto

de referência é a masculinidade hegemônica, mas pode buscar um apoio importante entre masculinidades marginalizadas (p. ex., entre jovens da classe operária).

Em sua maior parte, essa masculinidade não assume a forma de um “movimento”, mas representa uma tendência ou ênfase na cultura, na política e nos negócios. Uma parte importante disso é a promoção comercial de masculinidades exemplares. Os esportes televisionados, os filmes de “ação” de Hollywood, os desenhos animados e os quadrinhos dos super-heróis, os romances de aeroporto, os jogos violentos de videogame, os conjuntos de brinquedos plásticos infantis, tudo isso insiste de forma incessante na superioridade corporal dos homens e no seu domínio da tecnologia e da violência.

Mas essa não é a única arena. Existe uma agenda da masculinidade do *lobby* das armas também no culto do empreendedor capitalista implacável, que tem ganhado força com a globalização e as reivindicações políticas para obter “competitividade internacional”. Os ataques da nova direita contra o estado do bem-estar tem, além de uma dimensão de classe, também uma dimensão de gênero.

E, às vezes, pode surgir um movimento social a partir das masculinidades hegemônicas e marginalizadas. Fomos forçadamente introduzidos a isso pela explosão efetuada na cidade de Oklahoma, nos Estados Unidos. Como indica o importante estudo de Bill Gibson, *Warrior Dreams*, o movimento das milícias estadunidenses faz parte de uma cultura paramilitar mais ampla, na qual um modelo particularmente estreito (mas dominador e violento) de masculinidade é obsessivamente perseguido.<sup>10</sup>

**3. A liberação gay.** Uso um título agora anacrônico para apreender a dimensão de gênero da política dos homens gays. A Liberação Gay nos anos 70 lançou uma vigorosa crítica tanto dos estereótipos convencionais dos gays quanto da masculinidade convencional, vistos como fontes de opressão. Vale a pena lembrar, sempre que os terapeutas da masculinidade falam da necessidade de um movimento dos homens, que *existe* um movimento dos homens na política de gênero que tem estado em cena — e obtido importantes vitórias — por um quarto de século. Esse movimento está baseado na forma principal de masculinidade subordinada na presente ordem ocidental de gênero.

Obviamente têm havido mudanças. As comunidades gays urbanas têm presenciado uma volta dos estilos convencionalmente masculinos e uma enorme tragédia na epidemia do HIV. A política dos homens gays tem sido reorganizada em torno da AIDS. Ao construir essa resposta, as comunidades gays têm dado uma impressionante demonstração da capacidade de afeto, de solidariedade emocional e de ação coletiva dos homens face à crise e à violência.<sup>11</sup>

A política gay envolve uma inversão da abordagem convencional, contestando e desmontando as identidades como base para a construção de comunidades, em vez de afirmá-las. Não existe dúvida sobre a criatividade desse movimento e a relevância de sua crítica cultural para a desmontagem da masculinidade

hegemônica. Resta ver se ele terá a capacidade de construir respostas duradouras à violência homofóbica, ao HIV e à AIDS e à nova direita cristã.

**4. Política de saída ou política transformativa.** No início dos anos 70, formaram-se alguns grupos de mudança de consciência dos homens, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, num pequeno movimento que era, algumas vezes, chamado de "Liberação dos Homens". O ativismo anti-sexista entre homens heterossexuais decresceu nos anos 80, mas nunca chegou a morrer e, recentemente, adquiriu nova força.

Na Inglaterra, alguns homens de esquerda produziram uma revista alegre e inteligente chamada *A Chilles Heel* (Calcanhar de Aquiles) e, nos Estados Unidos, um grupo de homens tem sustentado uma rede agora chamada *National Organization for Men Against Sexism* (NOMAS) e uma revista chamada *Changing Men*. O Canadá produziu a mais impressionante organização de serviços, o movimento chamado *White Ribbon*. Como consequência dos massacres de 1989, em Montreal, desenvolveu-se um movimento bastante difundido de combate à violência contra as mulheres, com os homens cerrando fileiras ao lado das mulheres feministas.<sup>12</sup>

Não existe nenhum nome conveniente para essa forma de política. Ela busca sair das estruturas patriarcais atuais (daí o termo "movimento anti-sexista dos homens"), mas ela também tenta transformar as formas existentes de masculinidade. Ela partilha muitos objetivos com a política gay, mas tem uma lógica subjacente diferente, uma vez que envolve uma tentativa para escapar de uma identidade de gênero e não para afirmá-la. Suas arenas são tanto privadas quanto públicas, incluindo uma revolução de gênero em certas casas, nas quais os homens participam de uma divisão igualitária no cuidado das crianças e no trabalho na cozinha, e até na Igreja.<sup>13</sup> e as mulheres assumem um papel igualitário na tomada de decisão e no controle dos recursos.

## Os interesses dos homens

Todas as formas de política da masculinidade envolvem uma relação com o feminismo. Quer essa seja uma relação de rejeição, ou de coexistência cautelosa ou ainda de apoio caloroso, esse é o centro emocional dos debates atuais. Nos tempos da Liberação dos Homens, o pressuposto era de que o feminismo era bom para os homens, porque os homens também sofriam com papéis sexuais rígidos. O rompimento de seu papel sexual por parte das mulheres permitiria que os homens também rompessem o seu, tendo, assim, como resultado, vidas mais plenas, melhores e mais saudáveis.

A ausência de qualquer número significativo de homens se voluntariando como uma força auxiliar masculina do movimento feminista indica uma falha

nessa análise. A posição dominante dos homens na ordem do gênero tem um custo material e as discussões da masculinidade têm constantemente subestimado a dimensão desse custo. Nos países capitalistas ricos, a renda média dos homens é aproximadamente o dobro da renda média das mulheres. O acesso político dos homens é dez vezes maior que o das mulheres, em termos mundiais (tal como medido pela representação nos parlamentos). Os homens têm um controle ainda maior da riqueza empresarial (se consideramos o nível executivo superior nas principais empresas). Os homens controlam os meios de violência, na forma de armas e de forças armadas.

Eu chamo essas vantagens de "dividendos patriarcais" para os homens, e esse dividendo não está diminuindo. A segregação por gênero da força de trabalho nos países ricos tem diminuído pouco nos últimos anos. A representação dos homens nos parlamentos tem aumentado, mundialmente, em vez de diminuir, ao longo dos últimos cinquenta anos. À medida que as grandes empresas se tornam multinacionais — sob a égide da masculinidade hegemônica empresarial — elas, cada vez mais, escapam às estruturas políticas nacionais através das quais as mulheres têm reivindicado uma oportunidade igual e um fim à discriminação. A nova indústria internacional do vestuário e as linhas de montagem de microprocessadores, por exemplo, são arenas de um sexismo extremo. A violência contra as mulheres não tem, comprovadamente, diminuído.

Entretanto, nem todos os homens são executivos empresariais ou assassinos de massa. Embora os homens, em geral, se beneficiem do dividendo patriarcal, grupos específicos de homens ganham muito pouco com ele. Por exemplo, os jovens de classe operária, economicamente despossuídos por causa do desemprego estrutural, podem não ter qualquer vantagem em relação às mulheres em suas comunidades. Outros grupos de homens pagam parte do preço, juntamente com as mulheres, pela manutenção de uma ordem de gênero não-igualitária. Os homens gays se tornam alvos sistemáticos do preconceito e da violência. Homens efeminados e débeis são constantemente humilhados. Os homens negros, nos Estados Unidos (como na África do Sul) sofrem, massivamente, de níveis mais altos de violência letal do que os homens brancos.

Existem, pois, divisões de interesses entre os homens no que diz respeito às questões de gênero. Gostaria também de enfatizar que nem todos os interesses são egoístas. Os interesses são também relacionais, isto é, constituídos nas relações sociais que partilhamos com outras pessoas. A maioria dos homens tem interesses relacionais que eles partilham com mulheres particulares. Por exemplo, como pais, que precisam de creches e de bons serviços de saúde para seus filhos. Ou como trabalhadores, que precisam de qualidade de vida e de segurança. Os homens gays partilham com as lésbicas um interesse na luta contra a discriminação.

Quando olhamos de forma concreta para as vidas dos homens, regularmente encontramos densas redes de relações com as mulheres: com as mães, esposas,

irmãs, filhas, tias, avós, amigas, colegas de trabalho, vizinhas. Pouquíssimos homens têm um mundo de vida que seja separado do das mulheres, que seja, genuinamente, uma “esfera separada”. Cada uma dessas relações pode ser a base para o interesse relacional dos homens na reforma. Por exemplo, eu tenho interesse que minha esposa esteja livre da ameaça da intimidação ou do estupro, que ela tenha estabilidade no emprego e um salário igualitário, que ela tenha a melhor assistência de saúde possível. Eu tenho interesse que minha filha esteja livre de assédio sexual na escola, que ela tenha acesso a qualquer tipo de treinamento e a todas as profissões, que ela cresça como uma pessoa confiante e autônoma.

O interesse dos homens na hierarquia do gênero, definida pelo dividendo patriarcal, é real e grande; mas é internamente dividido e cruzado por interesses relacionais partilhados com as mulheres. Qual desses interesses é realmente perseguido por homens particulares é uma questão de política — política no sentido bastante familiar de se organizar para a realização de um determinado programa de objetivos.

Os homens que tentam desenvolver uma política em apoio do feminismo, sejam eles gays ou heterossexuais, não têm uma tarefa fácil. É provável que sejam ridicularizados por muitos outros homens e por algumas mulheres — é quase um chavão jornalístico que as mulheres desprezam os Homens Sensíveis da Nova Era. Eles não terão, necessariamente, o apoio caloroso das mulheres feministas, algumas das quais são profundamente desconfiadas dos homens, a maioria das quais são cautelosas em relação ao poder dos homens e todas as quais tem um compromisso político de solidariedade com as mulheres. Uma vez que a mudança no gênero exige a reconstrução tanto das relações pessoais quanto da vida pública, existem muitas oportunidades para a ofensa pessoal, para julgamentos equivocados e para a raiva.

Não penso que os homens que buscam reformas progressistas da masculinidade podem esperar se sentir confortáveis, enquanto vivermos num mundo marcado por violência e desigualdade vinculadas ao gênero. A terapia da masculinidade oferece um conforto pessoal como um substituto para a mudança social. Mas esse não é o único uso para o suporte emocional. Tal como demonstrado por John Rowan no livro *The Horned God*, os métodos terapêuticos e a exploração emocional podem ser usados para apoiar os homens, assim como a terapia feminista apóia as mulheres, nas tensões de um projeto de mudança social.<sup>14</sup>

## Objetivos e visões

Dadas as dificuldades do projeto, o que poderia motivar os homens a estimular a luta? Precisamos de alguma concepção da direção que a luta política deve tomar, uma visão do mundo que estamos tentando produzir. Outras forças

certamente estão fazendo escolhas — escolhas que as crianças e os jovens estão enfrentando aqui e agora num bombardeio de publicidade disfarçada de esporte, de militarismo disfarçado de diversão, de sexo comercial disfarçado de liberdade pessoal.

O objetivo definido pelos reformadores do papel sexual era a abolição da masculinidade (e da feminilidade) por um movimento em direção à androginia, pela mistura dos dois papéis sexuais existentes. O termo saiu de moda. Por mais de uma década, a tendência na teoria feminista tem sido a de reenfatar a diferença entre homens e mulheres. Isso teve vantagens óbvias em termos de construção do movimento das mulheres, mas teve também seus custos. Numa cultura patriarcal, a diferença é sempre lida em termos hierárquicos, tendo o masculino como pólo de autoridade. A diferença se torna diferença/dominação. Esse fato cultural coloca limites a uma política popular de reforma baseada nos direitos. Os conservadores podem sempre se aproveitar disso, descrevendo as críticas contra a dominação masculina como ataques contra a diferença — como tentativas para transformar garotos em garotas, homens em mulheres.

A única maneira de superar esse nó é passar por ele. É inevitável a adoção de uma estratégia de des-generificação (*de-gendering*), de uma tentativa para desmontar a masculinidade hegemônica, se quisermos ir além da igualdade de gênero.

Mas as formulações iniciais do objetivo de des-generificação em termos de “androginia” eram certamente inadequadas. Elas subestimavam a complexidade das masculinidades e das feminilidades, colocavam uma ênfase demasiada nas atitudes e uma ênfase insuficiente nas desigualdades materiais e nas questões de poder. Elas também subestimavam o investimento que as pessoas têm nas culturas existentes de gênero.

Tomando de empréstimo uma sugestão do feminismo cultural, o movimento “mitopoético” dos homens tem enfatizado as riquezas culturais da masculinidade e eles podem estar no caminho certo — embora eles não tenham chegado à história completa. Essa cultura inclui histórias de heróis que vão do *Ramayana* ao *Anel de Nibelung*; críticas de heroísmo, que vão do *Dom Quixote* ao *All Quiet on the Western Front*; os prazeres participatórios do beisebol e das bandas de metais do bairro; a ética da solidariedade produzida no movimento sindicalista; a beleza abstrata da matemática pura. Essa é uma herança que vale a pena ter — tanto para os homens quanto para as mulheres.

Precisamos, assim, reformular a estratégia de des-generificação, para torná-la, ao mesmo tempo, uma estratégia de re-generificação. O teórico gay italiano Mario Mieli propôs uma estratégia “transsexual” para a liberação, convocando uma gama de símbolos — heterossexuais e gays, femininos e masculinos — numa improvisação constantemente mutante. A feminista estadunidense Wendy Chapkis, discutindo a política da aparência entre as mulheres, propôs que tivéssemos como meta uma “revolução mais colorida”, com espaço para o prazer e a diversidade.<sup>15</sup>

A idéia aqui é re-compor, e não abolir, os elementos de gênero; tornar toda a gama do simbolismo e da prática do gênero disponível para todas as pessoas. Embora isso possa parecer exótico quando formulado como uma estratégia, fragmentos dessa estratégia são bastante familiares na prática. Nas escolas, por exemplo, é um objetivo bastante comum “expandir as opções” para as garotas, ao tentar fazer com que cursos em ciência e tecnologia estejam disponíveis para elas; e para os garotos, ao encorajá-los a aprender a cozinhar ou a costurar. Tem-se argumentado que a forma mais efetiva de educação sexual para os adolescentes é “aprender a ser o sexo oposto”, isto é, tentar fazer com que garotos e garotas reflitam sobre as relações sexuais a partir do ponto de vista do outro sexo. (Em geral, não se permite, entretanto, que a educação sexual escolar vá além das concepções heterossexuais). Bronwyn Davies, uma educadora feminista australiana, humoradamente sugere que as crianças são boas pós-estruturalistas e prontamente aprendem a se movimentar entre diferentes posições de gênero na cultura.<sup>16</sup>

Freqüentemente pensa-se que a dimensão corporal do gênero é o limite absoluto da mudança. Quando sou entrevistado sobre essas questões nas emissoras de rádio, os entrevistadores freqüentemente parecem pensar que a diferença corporal (seja no esporte, seja na reprodução) é uma questão para acabar com a discussão. Mas se quisermos compreender o gênero como sendo algo sobre a forma como os corpos são trazidos para um processo histórico, então podemos reconhecer contradições nas corporificações existentes e podemos ver grandes possibilidades de *re-corporificação* para os homens. Há diferentes formas de usar, sentir e mostrar os corpos masculinos.

Gosto de ver, nas lojas que vendem cartões postais e posters artísticos, um tipo de ilustração que mostra corpos masculinos musculares acolhendo e acariciando bebês. Por que não tornar isso um prazer generalizado? Com a condição, é óbvio, de que os homens também partilhem das outras experiências táteis do cuidado com os bebês — dar o leite, limpar o cocô e trocar as fraldas.

Mas um multiculturalismo de gênero não é suficiente. Como argumenta Chapkis, jogar com os elementos do gênero só será benigno se desmontarmos o “acordo” que vincula beleza com *status*. Podemos re-arranjar a diferença apenas se contestarmos a dominação. Assim, uma estratégia de re-composição exige um projeto de justiça social.

As relações de gênero envolvem diferentes esferas de prática; assim, existe uma complexidade inevitável na política de gênero. Devemos distinguir pelo menos três esferas: as relações de poder, as relações de produção e as relações de catexia.<sup>17</sup> Buscar a justiça nas relações de poder significa contestar a predominância dos homens no estado, nas profissões liberais e na administração e terminar a violência contra as mulheres. Buscar a justiça nas relações econômicas significa equalizar a renda, partilhar a carga do trabalho doméstico e equalizar o acesso à educação e ao treinamento. Buscar a justiça na estrutura da catexia

significa pôr fim à homofobia e reconstruir as relações heterossexuais com base na reciprocidade e não na hierarquia.

Podemos definir uma agenda para uma política progressista da masculinidade ao longo dessas linhas. Isso ainda deixa aberta a questão da forma.

## Modelos de política

Comumente se pressupõe que uma política progressista da masculinidade deve adotar a forma de um movimento social. O modelo usual é o feminismo; muitos escritores advogam um paralelo estreito entre o movimento das mulheres e um movimento dos homens. Mais remotamente, o movimento operário e o movimento dos direitos civis têm servido como modelo.

Argumentaria que esses paralelos não são estreitos e podem ser seriamente enganadores. Os movimentos mencionados são mobilizações de grupos oprimidos ou explorados para acabar com sua subordinação. Eles buscam a unidade do grupo e a afirmação da dignidade de uma identidade anteriormente estigmatizada.

Os “homens” como um grupo e, em particular, os homens heterossexuais, não são oprimidos nem estão em situação de desvantagem. (Embora essa crença seja agora promovida por campanhas da direita contra a ação afirmativa). A masculinidade hegemônica não é uma identidade estigmatizada. Bem pelo contrário: a cultura já a privilegia. Buscar a unidade dos “homens” só pode significar enfatizar as experiências e os interesses que os homens têm e que os separam das mulheres, em vez de enfatizar os interesses que eles partilham com as mulheres e que podem levar à justiça social.

Esse não é um argumento teórico abstrato. Isso aconteceu na prática na história de alguns grupos anti-sexistas de homens, tais como o grupo estadunidense MOVE, estudado por Paul Lichterman.<sup>18</sup> Inicialmente envolvido tanto no trabalho de antiviolença com os espancadores quanto em levantar questões públicas sobre masculinidade, esse grupo gradualmente passou para uma ideologia terapêutica, desenvolveu uma preocupação com ser “positivo” a respeito dos homens e se afastou das posições e questões públicas sobre a estrutura de poder. O que aconteceu nesse caso específico também aconteceu muito mais amplamente na transição da “liberação dos homens”, no início dos anos 70, para a terapia da masculinidade, nos anos 80.

A luta por justiça e por uma nova forma de vida freqüentemente significa, paradoxalmente, fazer o oposto das coisas que criariam um “movimento dos homens”. Isto é, enfrentar questões que inevitavelmente dividem os homens em vez de uni-los: questões como homofobia, ação afirmativa para as mulheres, assédio e violência sexual.

Esse não é o momento para duvidar da importância da solidariedade entre os

homens e as mulheres envolvidos com essas questões. Na verdade, eu enfatizaria fortemente esse aspecto. A experiência tem mostrado que trabalhar com essas questões é tensionante, freqüentemente doloroso, e difícil de sustentar sem um firme apoio.

Para os homens envolvidos nessas lutas, isso aponta para a importância de redes tal como a NOMAS. No final dos anos 80, a NOMAS mudou para uma posição mais claramente definida como anti-sexista — embora tenha ainda uma boa dose de terapia da masculinidade. Revistas tais como *Changing Men* nos Estados Unidos, *XY* na Austrália, são elementos-chave das redes anti-sexistas.

Devemos compreender, entretanto, que nada disso equivale a um movimento social comparável ao feminismo ou ao movimento gay. Em vez de sofrer por causa do fracasso em produzir um movimento amplo que inclua os homens heterossexuais, seria melhor reconhecer que existem razões estruturais pelas quais é improvável que surja um movimento desse tipo, desenvolvendo um modelo político mais relevante.

O modelo relevante é, penso eu, um dentre uma variedade de lutas em diversos locais, ligadas através de um sistema de redes e não de uma mobilização de massa ou de uma organização formal. É mais provável que os homens se desvinculem da defesa do patriarcado em pequenos números a cada vez, numa grande variedade de circunstâncias. Assim, o padrão político provável é um padrão de desequilíbrio entre situações, com questões e possibilidades de ação configuradas de forma variada e diferente. À medida que o sistema de rede envolve tanto partilhar informações quanto mobilizar recursos, meios tais como revistas serão importantes, não apenas revistas com objetivos especiais tais como as que listei acima, mas revistas mais gerais tais como *SR* (com a condição de que elas estabeleçam uma discussão continuada dessas questões!).

Vamos considerar alguns poucos casos. O movimento pela paz é talvez o fórum mais antigo no qual números significativos de homens começaram a se envolver numa crítica de uma parte importante da masculinidade hegemônica: a sua tendência à violência. O contexto inclui as tradições Quaker, o legado gandhiano e a busca por formas não-violentas de militância. Embora o movimento pela paz não tenha definido a masculinidade como seu alvo geral (essa conexão é feita por grupos feministas em ações que excluem os homens, tais como o acampamento do Greeham Common, na Inglaterra), ele tem propiciado um fórum para uma ação política que de fato contesta a masculinidade hegemônica.

Uma contestação mais consciente tem vindo de grupos que se organizam e agem em torno da questão da violência masculina contra as mulheres. Mantendo, em geral, uma relação (algumas vezes tensa) com os grupos de mulheres mobilizados em torno da violência doméstica e do estupro, esses grupos têm trabalhado com homens violentos para tentar reduzir a chance de mais violência e têm lançado campanhas educacionais mais amplas, das quais a maior foi a campanha *White Ribbon* no Canadá, já mencionada. Tanto a mídia e os políticos

tradicionalistas quanto os grupos comunitários têm sido trazidos para uma campanha que rejeita a violência contra as mulheres, com um considerável impacto no nível nacional.

Embora os sindicatos controlados por homens tenham freqüentemente sido antagônicos às mulheres, alguns sindicatos têm se envolvido numa ação progressista mesmo em indústrias totalmente masculinizadas. Em 1979-80, o Sindicato dos Metalúrgicos exitosamente pressionou para que as mulheres fossem contratadas nas indústrias de aço Hamilton, no Canadá. Fez-se um sério esforço para que as questões fossem discutidas pelos associados masculinos e obteve-se um nível razoável de apoio para que alguma mudança fosse efetuada. Alguns anos mais tarde, a Federação dos Trabalhadores da Construção, na Nova Gales do Sul (Austrália), apoiou a entrada das mulheres em canteiros de obras que eram, antes, exclusivamente masculinos. Nesse caso, as mulheres que trabalhavam em tarefas de escritório no sindicato contestaram o sexismo dos líderes esquerdistas (homens), convencendo-os a mudar sua política. Em outro exemplo canadense, nas fábricas da Westinghouse, foi a pressão a partir de baixo que levou à integração das mulheres a oficinas que antes eram exclusivamente masculinas. Stan Gray, o ativista que conta essa história, observa que isso foi apenas o início do processo. Uma luta ampliada, num contexto de recessão e demissões em massa, levou a uma campanha contra o sexismo no local de trabalho; alguns dos homens chegaram a perceber o sexismo como produtor de divisões e como sendo contra seus próprios interesses como trabalhadores.<sup>19</sup>

O que está envolvido nesses casos não é um movimento social dos homens, mas algum tipo de política de aliança. Aqui o projeto de justiça social depende da intersecção de interesses ou de compromissos entre diferentes grupos. A intersecção pode ser temporária, mas pode também ser mais duradoura (uma situação perfeitamente familiar em política). Os recursos de poder existentes podem ser usados para novos fins; não temos que começar sempre do nada.

Freqüentemente supõe-se que aliança significa concessão e, portanto, contenção. O gesto militante familiar de insistência na pureza revolucionária não é desconhecido na política contra-sexista dos homens. Ele é feito, por exemplo, por John Stoltenberg, um apoiador do feminismo linha-dura envolvido na luta contra a pornografia. Seu livro é chamado, de forma bastante apropriada, *Refusing to Be a Man* (Negando-se a ser homem). O gesto é emocionalmente gratificante, mas as chances de realmente mudar o mundo agindo dessa forma são pequenas.

O pluralismo na formação de alianças é uma coisa necessária, mas a contenção não é um resultado necessário disso. Dado que o patriarcado é uma estrutura histórica, não uma dicotomia intemporal de homens dominando as mulheres, ele será extinto por um processo histórico. O problema estratégico consiste em gerar pressões que culminarão numa transformação da estrutura; e vale a pena tomar qualquer iniciativa que coloque pressão nessa direção. Lynne Segal,

na melhor avaliação feminista de questões sobre masculinidade, é cautelosa em relação ao ritmo da mudança. Seu livro é chamado *Slow Motion*. Mas ela não tem dúvidas sobre as possibilidades de mudança, através de um trabalho duro em instituições familiares tais como os locais de trabalho, os sindicatos e os partidos políticos.<sup>20</sup>

A maior parte desse trabalho é, sobretudo, educacional. Ele envolve tentar reformular o conhecimento, expandir a compreensão e criar novas capacidades para a prática. Penso que podemos valorizar esse fato e construir em cima disso.

A ação anti-sexista mais impressionante, nos últimos anos, tem-se constituído de trabalhos educacionais feitos em difíceis circunstâncias, tais como prisões, e em torno de questões difíceis, tais como a violência. Um exemplo é o programa educacional para jovens (homens) desenvolvido pelo grupo australiano *Men Against Sexual Assault*. Como explica David Denborough em sua abordagem, é possível encontrar formas respeitadas de trabalhar com jovens (homens) sem evitar a difícil questão da violência masculina. Denborough baseia-se na nova pesquisa sobre masculinidade para desenvolver essa estratégia, encorajando os jovens não apenas a reconhecer a principal narrativa de masculinidade em sua comunidade, mas também a buscar contra-narrativas — as outras possibilidades que existem na mesma situação. Uma busca de contra-significados também aparece no trabalho de Don Sabo numa prisão estadunidense. Sabo observa como, num determinado nível, o esporte e o treinamento físico jogam com o cultivo da dureza masculina, enquanto que, noutro nível, representam uma espécie de auto-cuidado num ambiente hostil e muito pouco saudável.<sup>21</sup>

A longo prazo, como observou Keynes, estaremos todos mortos. E, enquanto ainda estamos vivos, queremos ver algo mais que uma elevação na probabilidade da justiça social num futuro distante. Assim, além de estratégias educacionais de longo prazo, precisamos também daquilo que as feministas britânicas chamam de “política prefigurativa” — ao menos, amostras do paraíso, ao menos fragmentos de justiça, aqui e agora.

Outra vez, este é um princípio familiar. A educação progressista esperava prefigurar a boa sociedade em escolas democráticas; a democracia industrial esperava prefigurar uma economia democraticamente controlada em cada local de trabalho. Na minha casa (como em muitas outras), esperamos prefigurar uma sociedade na qual a igualdade de gênero e a tolerância sexual sejam rotina e a base da civilização.

Entretanto, a política prefigurativa do gênero e da sexualidade não precisa ser necessariamente rígida. Ela pode ser, pelo contrário, escandalosa, alegre, ruidosa ou perturbadora: programas de prevenção da AIDS administrados por prostitutas e por antigas prostitutas; os prazeres e os riscos da cultura gay; o esporte integrado. A prefiguração pode também ser pacífica. Nos parques eu freqüentemente vejo algo que dificilmente veria vinte anos atrás: pais empurrando carrinhos de bebês.

Quero terminar estas reflexões com esta imagem, não com uma declaração de grande estratégia. Uma nova política do gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-la. No dia em que fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí saberemos que estamos realmente chegando a algum lugar.

## Notas

Este ensaio começou como uma apresentação numa conferência sobre Reprodução e Mudança na Masculinidade, patrocinada pela Fundação Han Bockler, do movimento sindicalista alemão, levada a efeito em setembro de 1994. Agradeço a Heinz Kindler e Gudrun Linne por me convidarem para esse evento e aos/às participantes da conferência por sua resposta e por suas apresentações sobre o importante trabalho que está sendo feito na Alemanha, tanto nos programas de educação promovidos pelos sindicatos quanto pelo trabalho com a juventude. Não conheço nenhum outro movimento sindical no mundo que tenha tomado uma iniciativa desse tipo.

1. Exemplos populares desse gênero são: Marc Feigen Fasteau, *The Male Machine*. Nova York, McGraw-Hill, 1975 e Jack Nichols. *Men's Liberation: A New Definition of Masculinity*. Nova York, Penguin, 1975. O gênero como um todo é analisado em Tim Carrigan, R. W. Connell e John Lee. “Toward a New Sociology of Masculinity”, *Theory and Society*, v. 14, 1985, pp. 551-604.
2. Essa pesquisa é discutida em maiores detalhes em R. W. Connell. *Masculinities*. Berkeley, University of California Press, 1995.
3. Para detalhes dessa crítica ver R. W. Connell. *Gender and Power*. Stanford, Stanford University Press, 1987.
4. Mike Donaldson, *Time of Our Lives: Labour and Love in the Working Class*. Sydney, Allen & Unwin, 1991; June Corman, Meg Luxton, David Livingstone e Wally Seccombe. *Recasting Steel Labour: The Stelco Story*. Halifax, Fernwood Publishing, 1993; Jeff Hearn, *Men in the Public Eye: The Construction and Deconstruction of Public Men and Public Patriarchies*. Londres, Routledge, 1992.
5. James Ptacek. “Why Do Men Batter their Wives?”, in Kersti Yllo e Michele Bograd (Orgs.). *Feminist Perspectives on Wife Abuse*. Newbury Park, Sage, 1988.
6. S. Kessler, D. J. Ashenden, R. W. Connell e G. W. Dowsett, “Gender Relations in Secondary Schooling”. *Sociology of Education*, v. 58, n. 1, pp. 34-48.
7. Cynthia Cockburn. *Brothers: Male Dominance and Technological Change*. Londres, Pluto, 1983.
8. Jock Phillips. *A Man's Country? The Image of the Pakeha Male — A History*. Auckland, Penguin, 1987.
9. Para uma excelente discussão desse movimento, ver Michael S. Kimmel e Michael Kaufman, “Weekend Warriors”, in Harry Brod e Michael Kaufman (Orgs.). *Theoriz-*